

CAPÍTULO 5

Futebol e política: uma relação realmente fora do jogo?

Igor Martinache

Universidade de Paris Nanterre, França

RESUMO

Ainda é comum hoje em dia considerar que futebol e política não têm nada em comum e que devem ser mantidos separados. Este capítulo questiona essa crença, mostrando que, pelo contrário, há muito tempo existem inúmeras interseções entre essas duas esferas. Com base em várias pesquisas históricas e sociológicas, principalmente, centradas no caso francês, este texto propõe uma revisão das diferentes dimensões políticas do futebol, seja o envolvimento dos jogadores e jogadoras, dos torcedores, a forma como o futebol interfere na política local e nacional, ou, ainda, as instâncias e as decisões que regem a organização desse esporte. Ao fazer isso, este texto, também, pretende ser um novo convite para levar o futebol a sério e, em particular, dar todo o espaço necessário às questões que o cercam no debate público.

Palavras-chave: futebol, política, torcida, mobilizações, socialização

SUMMARY

It is still common today to believe that football and politics have nothing in common and should even be kept separate. This chapter challenges this belief by showing that, on the contrary, there have long been numerous intersections between these two spheres. Drawing on various historical and sociological studies, mainly focused on France, this text reviews the different political dimensions of football, including the involvement of players and supporters, the way in which the beautiful game influences local and national politics, and the bodies and decisions that govern the organisation of the sport. In this way, this text also aims to encourage people to take football seriously and, in particular, to give the issues surrounding it their rightful place in public debate.

Keywords: football, politics, fan culture, protests, socialisation

“O esporte não deve ser politizado”¹. Essas foram as palavras do presidente francês, Emmanuel Macron, em 2022, pouco antes do início da última Copa do Mundo de futebol masculino no Catar. Vários escândalos cercaram o evento, relacionados às condições de trabalho análogas à escravidão dos imigrantes responsáveis pela construção

1 « Coupe du monde 2022 : "Il ne faut pas politiser le sport", affirme Emmanuel Macron », *Le Monde*, 17 de novembro de 2022 (tradução nossa).

das instalações para atender demandas turísticas e esportivas do torneio, ao impacto ambiental muito negativo e às suspeitas de corrupção em torno da atribuição da competição ao emirado árabe. O chefe de Estado francês não só viajou ao Catar, mas também se exibiu ostensivamente para a equipe nacional e para seu astro Kyllian Mbappé, como se tentasse conquistar parte de sua popularidade. Além de evidenciar uma contradição óbvia entre o que o presidente francês diz e o que ele faz, essa atitude revelou uma tendência mais profunda de compartimentar o esporte e a política, como se os dois fossem esferas mutuamente exclusivas. Longe de ser um fato “natural”, devido a suposta essência de uma ou outra atividade, esse é o resultado de um processo de autonomização de ambos os espaços, em grande parte decorrente do ativismo de líderes esportivos para se libertarem do controle das autoridades políticas. O sociólogo francês Jacques Defrance descreveu esse esforço deliberado como a “política do apolitismo” (Defrance 2000).

Na prática, os exemplos de transgressões desse limite são tão frequentes quanto seus lembretes e assumem uma ampla variedade de formas: tentativas de regimes políticos de explorar a organização de eventos ou os resultados de atletas nacionais – ou ambos ao mesmo tempo, como ilustrado pelo caso da Copa do Mundo masculina de 1934, na Itália (Sbetti e Serapiglia 2020), ou da Copa do Mundo de 1978, na Argentina (Fernandes 2023) –; demonstrações de proximidade com determinados atletas ou equipes² (o que pode chegar ao ponto de

2 O ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, levou essa lógica ao absurdo ao usar as camisas de mais de 86 clubes de futebol diferentes durante seu mandato (Figols 2022).

comprar um clube, como no caso de Silvio Berlusconi com o AC Milan (Borghini e Baldini 2011)); por outro lado, o apoio político ou a hostilidade demonstrada por certos jogadores de futebol em relação a líderes políticos ou candidatos a eleições³, o uso da plataforma proporcionada por sua fama para promover causas ou mensagens políticas (antirracismo com Lilian Thuram ou Vinicius Junior, por exemplo, igualdade de gênero e direitos das pessoas LGBTQIA+ com Megan Rapinoe, etc.) ou até mesmo o envolvimento direto de certos jogadores na arena política, geralmente, no final de suas carreiras⁴.

Essas várias transgressões da fronteira entre o futebol e a política – às quais devemos acrescentar o papel desse esporte nas relações diplomáticas (Dichter 2020) – que, no entanto, não são sistematicamente percebidas como desviantes, nos convidam a questionar ainda mais a relação entre esses dois espaços sociais. Em vez de reconhecer a existência de uma separação, ou mesmo de exclusão mútua, parece mais relevante considerar suas interseções na prática e os efeitos recíprocos que cada um tem sobre o outro. É isso que propomos fazer aqui, de forma não exaustiva, com base em uma certa quantidade de

3 Podemos pensar em Neymar, entre muitos outros jogadores de futebol, demonstrando seu apoio a Bolsonaro e, por outro lado, Raí e outros pedindo mobilização contra ele.

4 Ronaldo Fênomeno, por exemplo, tornou-se deputado federal no Brasil, mas há muitos exemplos menos famosos de todos os tipos de mandatos. No entanto, alguns casos, como a nomeação de Pelé como Ministro Extraordinário do Esporte por Fernando Henrique Cardoso entre 1995 e 1998, são um lembrete de que o cargo político pode ser ocupado de maneira bastante apolítica...

pesquisas existentes, no que é, acima de tudo, um convite aos colegas das ciências humanas e sociais para que continuem explorando a face oculta do futebol que constitui sua dimensão política. Também oferece uma oportunidade de dar uma nova olhada no significado, particularmente, relativo e, acima de tudo, relacional dessa noção.

OS JOGADORES DE FUTEBOL SÃO CIDADÃOS COMO QUAISQUER OUTROS?

Em julho passado, após o primeiro turno das eleições parlamentares na França, nas quais o *Rassemblement National* (RN) obteve altas pontuações, e enquanto a seleção francesa de futebol masculino preparava-se para as quartas de final do Campeonato Europeu de Futebol contra Portugal, seu capitão, Kyllian Mbappé, pediu que “a escolha certa fosse feita diante de ideias divisivas” após os “resultados catastróficos” do domingo anterior. Embora ele tenha se absterido de nomear o partido de extrema direita, ao contrário de seus colegas de equipe Marcus Thuram e Jules Koundé, o porta-voz do RN reagiu imediatamente com virulência, chamando o jogador de “multimilionário”, que estava “fraturando o país”, enquanto seu colega de equipe Adrien Rabiot disse que as eleições deveriam ser “deixadas de lado por um tempo”, e o presidente da Federação Francesa de Futebol (FFF) enfatizou o “dever de neutralidade” de sua equipe⁵. Esse episódio e, em particular, os apelos à ordem provocados pelas declarações cautelosas

5 « Kylian Mbappé appelle à voter contre le Rassemblement national, sans le citer », *Le Monde*, 4 de julho de 2024.

do astro dos “*Bleus*”, ilustram o fato de que os jogadores de futebol e, de modo mais geral, os esportistas não são considerados cidadãos de pleno direito. Ninguém sonharia em difamar um artista ou qualquer outro tipo de celebridade por ousar tomar uma posição política — mas pelo conteúdo de suas posições, sim!

À primeira vista, isso pode ser suficiente para explicar por que os jogadores de futebol geralmente se abstêm de assumir uma posição pública. Entretanto, na realidade, há muitos fatores mais profundos do que simplesmente o medo da estigmatização. Eles podem ser encontrados, em primeiro lugar, na socialização dos jogadores de futebol masculino e feminino. A origem predominantemente popular dos jogadores profissionais de futebol, combinada com uma carreira educacional curta, pode agir como um freio à expressão política, devido à existência de um “censo oculto” (Gaxie 1978), em que um baixo nível de “capital cultural” anda de mãos dadas com um sentimento de incompetência política. Esse fenômeno é ainda mais acentuado pelo fato de os jogadores de futebol serem socializados cada vez mais jovens para a sua profissão em instituições fechadas sobre si mesmas, conforme demonstrado pela pesquisa sobre os centros de treinamento dos clubes de futebol franceses (Bertrand 2012). Isso se aplica além da elite profissional masculina, como Christine Mennesson (2012) demonstrou ao perguntar “por que as esportistas não são feministas”. Com base em pesquisas realizadas no futebol feminino da França, a socióloga destaca o predomínio de normas sexistas no mundo esportivo, que incentivam as jogadoras a incorporarem conotações negativas associadas a ativistas feministas, con-

sideradas “agressivas demais” ou “extremas”. Mas, também, de forma mais ampla, a incorporarem lógicas hierárquicas, a começar pela dominação masculina e pela necessidade de responder às injunções de outras pessoas importantes, especialmente, treinadores, o que também é acompanhado por um sentimento de dívida para com os órgãos esportivos. No entanto, também há fatores ligados à forma como essas instituições operam, em que a cooptação é o modo normal de recrutamento, e a moderação e a atenção dadas à imagem projetada para o mundo exterior são fortemente enfatizadas, conforme ilustrado pela “política de alfaiataria”, em que a FFF impõe esse código de vestimenta às jogadoras do time de futebol francês para eventos públicos fora do campo.

Ainda não se sabe por que algumas jogadoras se envolvem politicamente apesar de tudo, como Nicole Abar, que criou a associação “*Liberté aux joueuses*” após a decisão da diretoria de seu clube em Plessis-Robinson, nos subúrbios de Paris, de dissolver o time feminino, conforme descrito por Christine Mennesson (2012). A socióloga faz uma retrospectiva da socialização que favorece o desenvolvimento de “disposições militantes”, por meio da experiência precoce de injustiça e, em particular, da experiência de discriminação sexista e racista. Entretanto, podemos observar que essas são condições necessárias ou, de qualquer forma, favoráveis, e não suficientes, e é importante estudar mais detalhadamente a trajetória social dos agentes envolvidos para entender melhor esse comportamento. Isso destaca outros fatores, como uma pequena quantidade de “capital cultural”, que favorece a fala ou o encontro com mentores, e, mais, fundamental-

mente, uma socialização plural e contraditória que leva à construção de um “habitus clivado” que, no entanto, deve atender a um contexto favorável ao compromisso político, como pudemos estudar nas nossas pesquisas (Martinache 2011), em particular usando o exemplo do ex-jogador de futebol da seleção francesa que recentemente concorreu à prefeitura de Paris sob as cores de *La France Insoumise*, um partido bem à esquerda do espectro político (Guéry e Martinach 2022a). Esse modelo “disposicionalista”⁶ nos parece, portanto, particularmente adequado para uma análise mais ampla de casos como o de Sócrates (Knijnik 2014) e, de forma mais ampla, a experiência da “Democracia Corintiana” em meio a uma ditadura militar, ou a de Afonsinho, lembrada neste livro⁷. Embora alguns desses fatores não sejam específicos do futebol ou do esporte, o apelo apolítico à ordem exercido pelo mundo esportivo e suas instituições parece, no entanto, exigir ainda mais recursos para transgredi-los. Outras questões também surgem, como a duração e as modalidades específicas do compromisso político de tais agentes, bem como a maneira pela qual eles imaginam seu próprio discurso. Seja como for, também, é importante mudar o foco e olhar para o número ainda maior de pessoas que assistem ao espetáculo esportivo, especialmente, os torcedores.

6 Na sociologia, essa é uma estrutura analítica que, na tradição do trabalho de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, tenta explicar o comportamento como o produto do encontro entre as disposições adquiridas por meio da socialização e um contexto específico que as ativa.

7 Não é insignificante que ambos os jogadores – uma raridade entre seus pares – tenham estudado medicina, que se caracteriza por um alto nível de capital cultural.

AS ARQUIBANCADAS SÃO POLÍTICAS? ANALISAR AS TORCIDAS ORGANIZADAS COMO MOVIMENTOS SOCIAIS

Reivindicando uma afiliação teórica com o freudo-marxismo, a Teoria Crítica Radical do Esporte vê o esporte como um fator maciço na despolitização das massas e como um, se não o, pilar fundamental da dominação capitalista (Martinache 2021). Em particular, seus autores retratam os torcedores de futebol como hordas de “bárbaros” movidos por impulsos de ódio e violência contra qualquer coisa “estrangeira” (Brohm e Perelman 2006). Essa abordagem, que faz dos recorrentes incidentes racistas e xenófobos nas arquibancadas uma revelação da lógica profundamente enraizada dessa “praga emocional”, favorece o controle de multidões em vez do mero desvio, de certa forma torna o torcer um ato político que ignora a si mesmo. Mas essa essencialização, que dispensa qualquer pesquisa de campo, também, ajuda paradoxalmente a despolitizar o esporte, ao negar a possibilidade de múltiplos usos e efeitos. Acima de tudo, ela se mostra insatisfatória, deixando de lado a prática majoritária do torcedorismo e o espetáculo do futebol em sua moderação, com a liberação controlada de impulsos violentos que ele encorajaria de acordo com a tese desenvolvida por Norbert Elias e Erich Dunning (1986), tornando o esporte parte do “processo de civilização” destacado pelo primeiro. Ela, também, não explica por que, longe de serem todos de extrema direita como pensam os defensores da Teoria Crítica Radical do Esporte, muitos grupos de torcedores, ao contrário, reivindicam valores progressistas ou até mesmo de extrema esquerda: antifascistas, antidiscriminatórios e até mesmo

anticapitalistas. Não apenas há muitos exemplos desse tipo, principalmente na Europa, até nas divisões mais altas, como, às vezes, eles até predominam entre os torcedores de determinados clubes, a ponto de dar a eles uma forte identidade política. Os exemplos mais conhecidos incluem o FC Sankt Pauli, em Hamburgo (Daniel e Kassimeris 2013), o Union Berlin, na Alemanha, o Rayo Vallecano, na Espanha (Spaaij e Viñas 2013) e o AS Livorno, na Itália (Doidge 2013), para citar apenas alguns⁸ – sem esquecer os muitos clubes criados, localmente, por ativistas de esquerda, como o Chico Mendes Football Club, fundado em 2014, em Paris, para conciliar futebol e ecologia popular⁹.

Com meu colega Valentin Guéry, analisamos em particular o caso do Red Star FC, na cidade de Saint-Ouen, nos “subúrbios vermelhos” de Paris¹⁰, que agora joga na segunda divisão do campeonato francês de futebol (Guéry e Martinache 2022b). Em particular, mostramos como esse clube foi assumido, há relativamente pouco tempo, por torcedores altamente politizados que “inventaram uma tradição” (Hobsbawm e Ranger 1983), não apenas jogando com a ambiguidade do nome do clube criado em 1897 por Jules Rimet — o

8 Esses grupos de torcedores também estão se organizando em redes, como a Football Against Racism in Europe (FARE), criada na década de 1990, e a Alerta Network, fundada em 2007 e que reúne grupos de ultras europeus antifascistas.

9 Barnabé Binctin, « Le Chico Mendès Football Club, l'écologie populaire par le football », *Reporterre.fr*, 12 de junho de 2014 [Online].

10 Essa expressão se refere a uma série de cidades originalmente habitadas por trabalhadores, localizadas nos arredores de Paris e que eram administradas pelo Partido Comunista Francês (algumas ainda são).

fundador da Copa do Mundo de Futebol — em torno de valores cristãos e não comunistas, mas também enfatizando a figura de Rino della Negra, um jovem trabalhador, filho de imigrantes italianos e membro do grupo de Resistência *Francs-tireurs partisans-Main d'œuvre immigrée* (FTP-MOI) liderado por Missak Manouchian, que foi capturado e executado pelos nazistas junto com seus companheiros. Em 2004, após a descoberta casual de sua história, os torcedores transformaram o jovem em um mártir da luta antifascista, embora seus ideais políticos e sua ação concreta na Resistência permaneçam difíceis de estabelecer, e em um símbolo de um clube pelo qual ele, na verdade, havia passado furtivamente. Todos os anos, os torcedores organizam uma homenagem no aniversário de sua morte e o incluem em suas músicas e em suas bandeiras e faixas. Eles, também, lideraram uma luta bem-sucedida para preservar o estádio histórico do clube, batizado com o nome de outro combatente da resistência local e ameaçado de destruição, e não hesitaram em criticar o fundo de investimento americano que comprou o Red Star, não sem contribuir para uma certa “gentrificação das arquibancadas” e mercantilização da memória inventada pelo clube.

Em termos mais amplos, vários sociólogos sugeriram que torcer deveria ser visto como uma forma específica de compromisso político. Esse é o caso de Nicolas Hourcade (2000), que se propõe a dissipar uma série de ideias preconcebidas sobre os torcedores “ultras” — de que eles são despolitizados ou de extrema direita e manipulados por grupos políticos. Pelo contrário, o pesquisador, que esteve imerso entre esses torcedores por muito tempo, mostra que eles são carac-

terizados por uma politização específica, baseada na mobilização em torno de slogans e causas, como a salvaguarda do futebol “autêntico” contra sua exploração comercial, e cumprem um papel social específico ao proporcionar aos seus membros uma sociabilidade calorosa, mas também ao abrir suas instalações, que desempenham o papel de um verdadeiro centro social em sua vizinhança, o que não impede a existência de grupos fascistas, embora eles estejam longe de ser a maioria. Essas observações foram confirmadas pela mobilização de vários grupos de apoiadores durante o confinamento causado pela pandemia da Covid-19¹¹. Ludovic Lestrelin (2015) nos convida assim a usar as ferramentas da sociologia dos movimentos sociais para estudar as atividades dos torcedores e mostra, em particular, que suas trajetórias podem ser analisadas como verdadeiras “carreiras militantes”. Elas envolvem fatores semelhantes e são caracterizadas por um compromisso duradouro, com ações coletivas organizadas em torno de um projeto e valores compartilhados, marcadas por forte solidariedade dentro do grupo e com a comunidade, denúncia da mercantilização do futebol e o aumento das políticas de segurança e repressão que sufocam a atmosfera nos estádios. Elas também mobilizam o repertório contemporâneo de protesto político: petições, manifestações, “greves” de apoio, o desenvolvimento de redes de associações e ações legais. Vale a pena observar, além disso, que essas demandas não se limitam ao mundo do futebol, como ilustrado

11 Pelo caso francês, ver o inventário elaborado em seu site pela Association nationale des supporters (www.association-nationale-supporters.fr) em 20 de março de 2020.

recentemente pelas faixas que surgiram em muitos lugares em apoio ao povo palestino sob bombardeio do exército israelense após os ataques terroristas de 7 de outubro de 2023. Quando estive no Brasil, em novembro de 2023, vi assim vários torcedores do Palmeiras se manifestando em frente à sede da CNN Brasil, na Avenida Paulista, em São Paulo. E, um ano depois, durante a campanha eleitoral municipal na capital paulista, os apoiadores do candidato de esquerda do PSOL, Guilherme Boulos, produziram milhares de adesivos com as cores dos três principais clubes da cidade (Corinthians, Palmeiras e São Paulo FC) permitindo que seus respectivos torcedores afirmassem que apoiavam tanto o clube quanto o candidato à prefeitura. Esses adesivos foram amplamente exibidos durante as manifestações, mas também por muitos transeuntes na cidade¹². Um exemplo claro de descompartmentalização, isto é, de como as barreiras entre o futebol e a política podem ser completamente rompidas. Mas isso não deve ser confundido com politização.

TO BOYCOTT, OR NOT TO BOYCOTT? A COPA DO MUNDO DE 1978 NA ARGENTINA

Na prática, a questão da separação ou da descompartmentalização do futebol e da política é mais complexa de analisar do que parece, especialmente, em termos da dinâmica da politização. Isso é o que os cientistas políticos Jean-Gabriel Contamin e Olivier Le Noé

¹² Diário de campo, anotações de 4 de novembro de 2023 e de 26 de outubro de 2024.

(2010) demonstraram ao retratar o espaço em que as posições foram tomadas em resposta aos pedidos de boicote à Copa do Mundo de 1978, na Argentina. A junta militar que havia chegado ao poder por meio de um golpe de Estado, dois anos antes, sob o comando do General Videla, suspendeu o estado de direito e se envolveu em uma feroz repressão à sua própria população. Ao mesmo tempo, porém, pretendia usar a organização da Copa do Mundo para melhorar a imagem de seu regime e, para isso, contratou uma grande agência de publicidade americana. Todavia, as violações dos direitos humanos e os crimes cometidos pela ditadura tornaram-se de conhecimento público, e foi lançada uma ampla campanha de boicote, sob a égide do Comitê de Boicote à Copa do Mundo na Argentina (COBA), criado em dezembro de 1977, com o apoio de várias personalidades do mundo das artes e da cultura e petições que reuniram centenas de milhares de assinaturas. Diante disso, várias organizações esportivas, sindicais e partidárias assumiram posições, expressando-se de forma mais ou menos explícita sobre a relação entre as duas esferas. Entretanto, como mostram os dois pesquisadores, as duas posições não se sobrepõem, ou seja, alguns rejeitam o boicote em nome da separação entre futebol e política, enquanto outros fazem o mesmo, mas rejeitando essa compartimentalização. No primeiro caso, encontramos representantes do mundo esportivo, tanto jogadores quanto dirigentes, jornalistas e alguns de seus colegas, não especialistas, de mídias conservadores¹³. No segundo

13 Isso é um lembrete de que o apolitismo é invocado principalmente pela di-

caso, encontramos sindicatos e partidos de esquerda que, embora reconheçam a natureza problemática da situação, consideram que uma convocação para um boicote seria ineficaz e defendem outras formas de ação, aproveitando a oportunidade oferecida pela competição para aumentar a conscientização sobre a situação na Argentina. Reciprocamente, os pedidos de boicote também podem ter sido motivados pela necessidade de romper as barreiras entre o futebol e a política. Por um lado, há os inspetores do Ministério da Juventude e do Esporte, bem como alguns jornalistas esportivos, para os quais os “valores” do esporte, especialmente os educacionais, não devem ser contaminados por polêmicas políticas. Por outro lado, há os ativistas da COBA e os defensores da Teoria Crítica Radical do Esporte, que, embora por motivos diferentes – para os primeiros, uma luta total contra a ditadura e, para os segundos, um desafio à natureza apolítica do esporte – acreditam que o futebol e a política não podem ser separados. Os autores concluem que a fronteira entre esporte e política não é dada de antemão, mas se desenvolve e muda de acordo com o contexto e os atores coletivos envolvidos, dependendo de seus interesses e de suas relações em uma determinada configuração. “Para o pesquisador, portanto, não é uma questão de perguntar se ou quando o esporte e a política constituem ordens separadas, mas sim quem, como e em que configuração contribui para a sua constituição como ordens separadas ou autônomas” (Ibid.: 45, tradução nossa). Essa é uma análise que se beneficiaria se fosse repetida em outras

reita do espectro político, especialmente no esporte.

situações críticas, como os pedidos de boicote à Copa do Mundo masculina a ser realizada no Catar em 2022, bem como em outros casos mais “comuns” em que o futebol e a política colidem, principalmente, quando os jogadores se expressam politicamente, ou os políticos falam sobre futebol.

O PAPEL DO FUTEBOL NA POLÍTICA NACIONAL E LOCAL

Se há uma dimensão política do futebol que não pode ser negada, é o seu papel na construção do sentimento nacional. De fato, o próprio futebol está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do Estado moderno, ao qual nos referimos, significativamente, como Estado-nação. Vários estudos de casos¹⁴ mostram como, em diversos países, a criação de um campeonato nacional e os jogos da equipe nacional desempenham um papel crucial na criação e no desenvolvimento de um sentimento de pertencimento à “comunidade imaginada” (Anderson 1983), que é a nação, além da sociabilidade local. O mecanismo é bem conhecido, mas não é menos evolutivo ao longo do tempo e, acima de tudo, relacional: a identidade nacional também é, acima de tudo, construída por meio de rivalidades com outras nações, que podem mudar com o tempo. Apelidada de “a noite de Sevilha”, a semifinal da Copa do Mundo de 1982, perdida pela equipe da França para a República Federal da Alemanha nos

¹⁴ Para uma série de estudos de casos em francês, ver Archambault et al. (2016).

pênaltis, após uma agressão não sancionada do goleiro alemão a um atacante francês, continua sendo até hoje um grande trauma coletivo na França, assim como o “Maracanazo”, como os brasileiros apelidaram a final de 1950 perdida para o Uruguai. Todo país tem sua cota de eventos futebolísticos gloriosos ou vergonhosos, que moldam a consciência coletiva da mesma forma que as grandes batalhas do passado mais distante. Da mesma forma, nenhum evento gera tanto entusiasmo, marcado por grandes reuniões em que bandeiras, hinos e outros símbolos nacionais são exibidos com orgulho, quanto as principais competições internacionais de futebol, das quais os líderes políticos não são os últimos a tentar tirar proveito.

Dito isso, ao nos concentrarmos demais no nível (inter)nacional, esquecemos o papel não menos decisivo que o futebol pode desempenhar na política local. No entanto, esse papel é esclarecido por pouquíssimas pesquisas. Em um artigo que se tornou um clássico, Jean-Michel Faure (1989) analisa a história do clube de futebol de Voutré, um vilarejo no oeste da França. Fundado por trabalhadores de pedreiras locais, a maioria dos quais era imigrante, o clube desde o início personificou a divisão no vilarejo entre esses operários e os grandes proprietários camponeses locais, que eram católicos convictos. Originalmente, chamado de “*Club de la Kabylie*” — o nome da região da Argélia de onde vinha a maioria dos trabalhadores — o CA Voutré continuou, ao longo das décadas, a atuar como um “princípio organizador” da vida local, diz o sociólogo, enquanto se abria para outras profissões. Ele não apenas estrutura a vida social local, principalmente, nos dias de jogos, mas também atua como embaixador do

clube no mundo exterior, mantendo sua reputação como um clube “vermelho” em termos políticos. No entanto, embora as fileiras do clube sempre tenham incluído vários representantes do conselho municipal, o autor observa que, dentro do clube, todos guardam suas opiniões para si mesmos, como se quisessem evitar qualquer conflito interno: uma “evasão da política” (Eliasoph 1998) que destaca a complexidade dos processos de (des)politização. Com base em um estudo etnográfico de um vilarejo na região central da França, duramente atingido pela crise industrial, Nicolas Renahy (2001) mostra como o clube de futebol perpetua simbolicamente a identidade masculina da classe trabalhadora, apesar do desemprego em massa. Ele cristaliza a sociabilidade local nos jogos, inclusive fora de casa, onde mais de cem torcedores acompanham o clube em suas viagens. Até mesmo os treinos dos jogadores, nos moldes dos desfiles tradicionais que costumavam pontuar a vida local, ajudam a perpetuar um certo senso de unidade local. De acordo com o sociólogo, o futebol, portanto, “supera simbolicamente” a crise do mundo rural e da classe trabalhadora e mantém um certo orgulho que impede a desintegração da comunidade. Um papel que pode ser corretamente descrito como político, mesmo que não seja percebido como tal.

De forma mais ampla, o futebol é frequentemente uma questão política local importante, conforme analisado por Olivier Le Noé (2002). O cientista político distingue quatro dimensões: o peso das *propriedades culturais* do esporte; as *responsabilidades* que ele acarreta para as autoridades locais em questão; a *força da crença* no fato de que ele é um veículo essencial para imagens e identidades; e,

por fim, o fato de que ele dá origem a um *debate sobre sua utilidade social* em nível local. No que diz respeito aos primeiros, Le Noé ressaltava que o futebol, muitas vezes, desempenha um papel importante na estimulação da vida local e que é um elemento na “sublimação de questões territoriais”, que não apenas revive identidades sociais preexistentes, mas também contribui para a formação de um coletivo *sui generis*, “capaz de dar aos indivíduos, às vezes excluídos do jogo das principais instituições democráticas (escolas, política), a sensação de poder influenciar um futuro transfigurado pelo jogo do esporte” (Ibid.: 29, tradução nossa). As autoridades locais, lideradas pelos conselhos locais, têm um certo número de responsabilidades decorrentes da presença de um clube em seu território, o que, por sua vez, leva a decisões políticas. Essas responsabilidades vão desde o subsídio pago ao clube, cujo valor pode variar enormemente dependendo do grau de profissionalismo do clube e dos resultados esportivos por ele obtidos, mas também das escolhas políticas, até a segurança a ser oferecida nos jogos em casa, sem mencionar a manutenção do estádio, que pode exigir conhecimento técnico específico e funcionários dedicados. Frequentemente, isso leva à existência de um acordo entre o clube e a cidade, especificando as funções e os compromissos de cada parte, o que, por sua vez, pode levar ao envolvimento do clube em outras iniciativas municipais. Essas responsabilidades são justificadas por uma crença, amplamente compartilhada no poder simbólico do futebol. Os políticos locais geralmente consideram o futebol como um “foco identitário”, incentivando os moradores a abraçarem o território e a terem orgulho de pertencer

a ele, bem como uma vitrine para a cidade, contribuindo para sua reputação e, também, dando a ela uma imagem dinâmica por meio do esporte. Embora não possamos, realmente, medir a eficácia dessa crença, podemos estudar sua eficácia por meio do investimento dos representantes locais eleitos no clube, ressaltando o cientista político. No entanto, embora esses benefícios em termos de imagem, raramente, sejam apresentados como tal, o compromisso público das autoridades locais com o apoio aos clubes de futebol da área geralmente é justificado por outros argumentos relacionados aos benefícios que a atividade traz para a comunidade. Esses incluem externalidades econômicas, como os empregos criados pelas atividades do clube ou a receita extra, gerada para as empresas locais nos dias de jogos, bem como benefícios em termos de saúde pública, prevenção de crimes e violência e, até mesmo, inclusão social para jovens de classes populares. Entretanto, esses vários “benefícios” que compõem a suposta “utilidade social” do futebol nem sempre estão isentos de debate quanto à sua real eficácia, o que também é um vetor de politização.

Em particular, a questão do financiamento e da localização de infraestruturas de grande escala, como estádios, está em dívida com essa dinâmica de politização e despolitização. É o que Frédéric Sawicki (2012) mostra, com base no caso da cidade de Lille, no norte da França, que abriga um dos principais clubes da Liga Francesa. Nele, o cientista político relata os protestos que surgiram contra os planos de expansão do estádio do time, localizado perto de uma antiga fortaleza classificada como patrimônio histórico, e dos quais ele próprio participou. Diante da crescente oposição dos moradores

locais, a cidade finalmente abandonou o projeto e decidiu construir um novo estádio em uma cidade vizinha, confiando a responsabilidade pelo projeto à metrópole urbana¹⁵ e organizando o financiamento por meio de uma parceria público-privada para despolitizar a questão, embora, paradoxalmente, com um custo adicional para o contribuinte. Esse caso é apenas um dos muitos exemplos de conflitos desse tipo que surgiram na França, e, também, no exterior, diante do desenvolvimento do espetáculo do futebol, e que, ocasionalmente, contribuíram para politizar a questão dos (grandes) estádios, sem, no entanto, torná-la um item de destaque na agenda política.

A ORGANIZAÇÃO DO FUTEBOL COMO UMA ATIVIDADE POLÍTICA E A OCULTAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER

Esse último é um lembrete de que, longe de ser um fenômeno “natural”, o desenvolvimento do espetáculo do futebol é, em si, o resultado contingente de um esforço coletivo de natureza altamente política. Isso é o que Manuel Schotté (2022) mostra com base em uma pesquisa sócio-histórica. Ele começa lembrando o papel decisivo desempenhado pela *Football Association* (FA) na Inglaterra, que, ao criar sua própria competição, a FA Cup, em 1871, e, sobretudo, ao

15 Tipo de autoridade local nas áreas mais densamente urbanizadas do país, agrupando várias cidades que lhe delegam determinados poderes. A lei francesa tornou esses agrupamentos intermunicipais obrigatórios em todo o país, em uma tentativa de corrigir a fragmentação muito significativa dos municípios do país, um legado da história.

impor sua preeminência, conseguiu unificar as regras do jogo, antes do surgimento do sistema de ligas, com a criação a partir de 1888 de várias ligas profissionais concorrentes, correspondentes a diferentes estratos da burguesia. O pesquisador, também, analisa as condições em que o esporte se difundiu internacionalmente, apontando a existência de condições específicas de recepção em cada país e a ação crucial dos “embaixadores da causa do futebol”. Com foco no caso da França, ele destaca a forma como a Federação Francesa de Futebol foi, gradualmente, conquistando o monopólio da organização do esporte, usando a profissionalização como alavanca para atingir as classes trabalhadoras e recebendo o apoio de empresários paternalistas e autoridades públicas, dos quais conseguiram obter o reconhecimento de uma identidade esportiva específica, principalmente no âmbito da União Europeia. Na tentativa de entender as razões para o investimento no futebol, especialmente por parte dos presidentes de clubes, o pesquisador mostra como, no caso da França, eles são muitas vezes “pessoas ricas sem qualificações”, com uma forte presença local, que, assim, encontram um caminho específico para a notabilidade. Ele, também, mostra que os clubes de futebol estão na encruzilhada de interesses políticos e econômicos e que, embora as autoridades locais não tenham obrigação de financiar essas organizações esportivas, que têm *status* privado, é preciso lembrar que o apoio ao futebol profissional é politicamente lucrativo para os representantes eleitos, pois “regido por uma postura de pretensa neutralidade, esse setor raramente dá margem a uma interpretação politizada. Como se baseia no princípio do bem comum, dificilmente é uma questão divisiva”

(Ibid.: 113, tradução nossa), portanto, há poucos riscos políticos e, ao contrário das derrotas, as vitórias têm um impacto positivo na imagem dos representantes eleitos. O autor também analisa o papel crucial desempenhado pela mídia na estruturação e consagração do espetáculo do futebol. Em particular, ele mostra que, tendo se beneficiado muito com a cobertura da imprensa e, depois, do rádio, os dirigentes de clubes e federações inicialmente desconfiaram da transmissão televisiva, temendo que ela esvaziasse os estádios, antes de compreenderem todo o seu potencial para o desenvolvimento do esporte e para seus próprios lucros.

Por fim, o autor examina de perto a estruturação e as transformações do torcedorismo, bem como a mudança de *status* dos jogadores. Os últimos estão adquirindo, não sem se mobilizar coletivamente contra o contrato vitalício que existia inicialmente¹⁶, uma crescente liberdade de movimento, consagrada em nível europeu pela decisão Bosman do Tribunal de Justiça da União Europeia em 1995, que pôs fim à cota de jogadores estrangeiros nos clubes da UE, mas que, paradoxalmente, contribuiu para transformar os jogadores em mercadorias por meio das taxas de transferência pagas pelos clubes. Este livro mostra que o futebol se tornou um espaço específico com

16 O mesmo autor também se refere especificamente à formação da União Nacional de Futebolistas Profissionais (UNFP) em 1961 na França, que conseguiu, em 1973, pôr fim ao contrato vitalício, comparando-o à escravidão de fato dos jogadores (Schotté e Noûs 2021). Também seria interessante comparar essa mobilização com aquela liderada por Afonsinho no Brasil, que resultou no “Passe Livre”.

suas próprias regras e órgãos, tanto em nível nacional quanto internacional, por meio de uma infinidade de mobilizações individuais e coletivas – raras, mas às vezes conflituosas – que fazem dele o que pode ser considerado um espaço político genuíno. Os raros episódios de conflito, como os que se referem aos direitos de movimento dos jogadores de futebol ou os que desafiam o domínio das federações sobre a organização do esporte, seguindo o exemplo do “Maio de 68 dos jogadores de futebol franceses” (Wahl 1990), durante o qual os jogadores amadores pretendiam devolver “o futebol aos jogadores de futebol”, nos lembram que a questão principal é, na verdade, saber “a quem pertence o futebol”. As tentativas atuais, principalmente, na Europa, de privatizar o futebol, confiando a transmissão dele a canais de TV pagos por assinatura, cada vez mais caros, ou de criar ligas fechadas, e, principalmente, os fortes protestos provocados por grupos de torcedores, são um lembrete de que essa é uma questão eminentemente política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa visão geral não exaustiva, procuramos mostrar que, longe de serem naturalmente exclusivos, o futebol e a política têm, na verdade, muitos pontos de interseção. Embora essas duas esferas de atividade tenham se tornado cada vez mais autônomas ao longo das décadas, elas ainda assim exercem influências recíprocas e estão sujeitas à circulação de agentes e representações. Portanto, é importante continuar investigando não apenas os usos políticos do futebol, mas

também os usos futebolísticos da política, e há muitas direções em que isso pode ser feito. As várias maneiras pelas quais o futebol é usado pelos líderes políticos, a expressão política e até mesmo a reconversão dos jogadores de futebol, as demandas políticas dos torcedores, a inclusão do futebol nas relações diplomáticas, na política nacional e local, e assim por diante. Além disso, há a necessidade de considerar o próprio futebol como um espaço político, observando como as regras são (re)definidas, quem exerce influência e quais são as relações de poder que moldam sua organização e determinam quem pode jogar ou assistir, quando e como. Em suma, a pergunta é: “A quem pertence o futebol?” Seus dirigentes? Seus financiadores? Aos que jogam? Ou aqueles que o assistem? A mudança que ocorreu durante a presidência de Cristina Kirchner na Argentina, entre 2007 e 2015, parece fornecer o início de uma resposta (Murzi 2024). Embora a lei “*Fútbol para Todos*” tivesse a intenção de tornar o futebol um bem público, em especial ao garantir a transmissão gratuita dos jogos do campeonato da primeira divisão em canais públicos, em contraste com a lógica de privatização em vigor no resto do mundo, o Estado passou a proibir a circulação de torcedores externos em nome da segurança. Essa aliança entre comercialização e segurança, que visa a tornar o futebol um espetáculo cada vez mais lucrativo, excluindo as classes trabalhadoras das arquibancadas e criminalizando os “ultras”, é, sem dúvida, a situação atual (Lestrelín 2022: 89-110). Mas, como qualquer processo político, ele não é irreversível...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. 1983. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.

ARCHAMBAULT, Fabien, Stephane Beaud e Julien Sorez. 2016. *Le Football des nations: Des terrains de jeu aux communautés imaginées*. Paris: Publications de la Sorbonne.

BERTRAND, Julien. 2012. *La Fabrique des footballeurs*. Paris: La Dispute.

BORGHINI, Andrea e Andrea Baldini. 2011. On the logic of soccer patronage. *Soccer & Society*, 12(5): 569-585.

BROHM, Jean-Marie e Marc Perelman. 2006. *Le Football une peste émotionnelle*. Paris: Gallimard.

CONTAMIN, Jean-Gabriel e Olivier Le Noé. 2010. La coupe est pleine Videla! Le Mondial 1978 entre politisation et dépolitisation. *Le Mouvement Social*, 230: 27-46.

DANIEL, Petra e Christos Kassimeris. 2013. The Politics and Culture of FC St. Pauli: from leftism, through anti-establishment, to commercialization. *Soccer & Society*, 14(2): 167-182.

DEFRANCE, Jacques. 2000. La politique de l'apolitisme. Sur l'autonomisation du champ sportif. *Politix*, 50: 13-27.

DICHTER, Heather (org.). 2020. *Soccer diplomacy: international relations and football since 1914*. Lexington: The University Press of Kentucky.

DOIDGE, Mark. 2013. The birthplace of Italian communism: political identity and action amongst Livorno fans. *Soccer & Society*, 14(2): 246-261.

ELIAS, Norbert e Eric Dunning. 1986. *Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilizing Process*. London: Blackwell.

ELIASOPH, Nina. 1998. *Avoiding Politics. How Americans Produce Apathy in Everyday Life*. Cambridge: Cambridge University Press.

FAURE, Jean-Michel. 1989. Les «fouteux» de Voutré. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 80: 68-73.

FERNANDES, Alessandro. 2023. Sportwashing e a Copa de 1978: Como Argentina usou a Copa do Mundo para esconder os crimes da sua ditadura militar. *Recorde, revista de história do esporte*, 16(2):1-21.

FIGOLS, Victor. 2022. As camisas de Bolsonaro (ou muito além de uma coleção de camisas de futebol). *História da Ditadura*, 29 ago. <https://www.historiadaditadura.com.br/post/ascamisasdebolsonarooumuitoalemdeumacolecaodecamisasdefutebol>.

GAXIE, Daniel. 1978. *Le Cens caché*. Paris: Seuil.

GUÉRY, Valentin e Igor Martinache. 2022a. Le sportif, le politique et le médiatique Vikash Dhorasoo, un habitus clivé pris dans la logique des champs. *Politiques de communication*, 19: 189-223.

GUÉRY, Valentin e Igor Martinache. 2022b. From Red Star to red poster: the multiple lives of Rino Della Negra. *Presentation at the 6th RERIS Congress*, Warsaw, September 27th.

HOBBSBAWM, Eric e Terence Ranger (org.). 1983. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

HOURCADE, Nicolas. 2000. L'engagement politique des supporters «ultras» français. Retour sur des idées reçues. *Politix*, 50: 107-125.

KNIJNIK, Jorge. 2014. Playing for freedom: Sócrates, futebol-arte and democratic struggle in Brazil. *Soccer and society*, 15(5): 635-654.

LE NOÉ, Olivier. 2002. Le football, enjeu local. *Pouvoirs*, 101(2): 27-38.

LESTRELIN, Ludovic. 2015. De l'avantage de comparer les carrières supportéristes à des carrières militantes. *Sciences sociales et sport*, 8(1): 51-77.

LESTRELIN, Ludovic. 2022. *Sociologie des supporters*. Paris: La Découverte.

MARTINACHE, Igor. 2011. Les entrées de sportifs en politique, entre réinvestissement et occultation, journée d'étude sur «La mobilisation du capital sportif», Université Paris-Dauphine, 16 mars.

MARTINACHE, Igor. 2021. Comment peut-on être anti-sportif? La théorie critique du sport au prisme de son principal entrepreneur. *Sciences sociales et sport*, 18(1): 65-92.

MENNESSON, Christine. 2012. Pourquoi les sportives ne sont-elles pas féministes? De la difficulté des mobilisations genrées dans le sport. *Sciences sociales et sport*, 5(1): 161-191.

MURZI, Diego. 2024. Del «Fútbol para Todos» a la prohibición del público visitante: análisis de la gestión de la seguridad deportiva durante los gobiernos de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015). *Delito y sociedad*, 58, e0121.

RENAHY, Nicolas. 2001. Football et représentation territoriale: un club amateur dans un village ouvrier. *Ethnologie française*, 31: 707-715.

SAWICKI, Frédéric. 2012. La résistible politisation du football: Le cas de l'affaire du grand stade de Lille-Métropole. *Sciences sociales et sport*, 5(1): 193-241.

SBETTI, Nicola e Daniele Serapiglia. 2020. Was football fascist? The 1934 World Cup in the postwar memory. *Soccer and society*, 21(8): 889-903.

SCHOTTÉ, Manuel e Camille Noûs. 2021. «Les footballeurs sont des esclaves». Les ressorts du succès de la mobilisation de l'Union nationale des footballeurs professionnels (1961-1973). 20 & 21. *Revue d'histoire*, 149(1): 47-60.

SCHOTTÉ, Manuel. 2022. La Valeur du footballeur. *Socio-histoire d'une production collective*. Paris: CNRS Éditions.

SILVA, Islan Lisboa da. 2024. Política e futebol não se discutem? Efeitos de sentidos e a ressignificação da camisa da seleção brasileira como simbologia política. *Leitura* (Maceió, Al.), 80: 83-96.

SPAAIJ, Ramon e Carles Viñas. 2013. Political Ideology and Activism in Football Fan Culture in Spain: A View from the Far Left. *Soccer & Society*, 14(2): 183-200.

WAHL, Alfred. 1990. Le mai 68 des footballeurs français. *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, 26: 73-82.